

DA ORIENTAÇÃO ESPECIALIZADA A PROFESSORES QUE LECIONAM EM CASOS DE TEA

RELATO DE EXPERIÊNCIA

SPECIALIZED GUIDANCE FOR TEACHERS WHO TEACH IN CASES OF ASD

Experience report

ORIENTACIÓN ESPECIALIZADA PARA PROFESORES QUE ENSEÑAN EN CASOS DE TEA

Informe de experiencia

Josiane Andrade Yamane

(Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista – UNIP, Brasil)
josiyamane@gmail.com

Angela Cristina Pontes Fernandes

(Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista – UNIP, Brasil)
angela.fernandes1@docente.unip.br

Recebido: 30/01/2024

Aprovado: 30/01/2024

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado pela presença de déficits persistentes na comunicação e interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades. Como forma de viabilizar a inclusão das crianças autistas no ambiente escolar, a orientação dos professores que atuam com este público é de suma importância. O objetivo do estudo é apresentar a experiência de orientação feita para os professores que lecionam para alunos autistas, acompanhados pelo Núcleo de Atenção ao TEA, da cidade de Monte Alto-SP, no período de junho de 2022 a junho de 2023. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, embasado na ciência ABA (Análise do Comportamento Aplicada) e relacionado às vivências com os professores em orientações, realizadas mensalmente. Como resultado, observou-se a dificuldade dos docentes em acolher estes alunos, direcionar atividades, lidar com comportamentos disruptivos e no manejo das atividades de vida diária. Discute-se a importância de uma ferramenta de apoio para proporcionar aos docentes maior respaldo teórico à prática com alunos autistas, para contribuir na inclusão, aprendizagem e socialização no ambiente escolar. Esta experiência ampliou as vivências sobre a perspectiva do professor na inclusão escolar de crianças com TEA, lançando luz sobre a necessidade de formação teórica e instrumentalização dos docentes, considerando as particularidades de neurodesenvolvimento e comportamento desta população e contribuindo para a maior eficácia da assistência educacional inclusiva.

Palavras-chave: autismo. inclusão escolar. comportamento disruptivo.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is characterized by the presence of persistent deficits in communication and social interaction, as well as restricted and repetitive patterns of behaviors, interests and activities. As a way of enabling the inclusion of autistic children in the school environment, guidance from teachers who work with this population is extremely important. The purpose of the study is to present the guidance experience carried out for teachers who teach autistic students, accompanied by the ASD Care Center, in the city of Monte Alto-SP, from June 2022 to June 2023. This is a descriptive study, of the experience report type, based on the science ABA (Applied Behavior Analysis) and related to experiences with teachers in orientations, carried out monthly. As a result, teachers found it difficult to welcome these students, direct activities, deal with disruptive behaviors and manage daily activities. The importance of a support tool to provide teachers with greater theoretical support for practice with autistic students is discussed, to contribute to inclusion, learning and socialization in the school environment. This experience expanded the experiences of the teacher's perspective on the school inclusion of children with ASD, shedding light on the need for theoretical training and instrumentalization of teachers, considering the particularities of neurodevelopment and behavior of this population and contributing to the greater effectiveness of inclusive educational assistance.

Keywords: autism. school inclusion. disruptive behavior.

RESUMEN

El Trastorno del Espectro Autista (TEA) se caracteriza por la presencia de déficits persistentes en la comunicación y la interacción social, así como patrones restringidos y repetitivos de conductas, intereses y actividades. Como forma de posibilitar la inclusión de niños autistas en el ambiente escolar, la orientación de los docentes que trabajan con esta población es de suma importancia. El objetivo del estudio es presentar la experiencia de orientación realizada para profesores que enseñan a estudiantes autistas, acompañados por el Centro de Atención al TEA, en la ciudad de Monte Alto-SP, de junio de 2022 a junio de 2023. Se trata de un estudio descriptivo, del tipo relato de experiencia, basado en la ciencia ABA (Análisis de Comportamiento Aplicado) y relacionado con experiencias con docentes en orientaciones, realizado mensualmente. Como resultado, a los maestros les resultó difícil dar la bienvenida a estos estudiantes, dirigir actividades, lidiar con conductas disruptivas y gestionar las actividades diarias. Se discute la importancia de una herramienta de apoyo para brindar a los docentes un mayor soporte teórico para la práctica con estudiantes autistas, para contribuir a la inclusión, el aprendizaje y la socialización en el ambiente escolar. Esta experiencia amplió las experiencias sobre la perspectiva del docente en la inclusión escolar de niños con TEA, arrojando luz sobre la necesidad de formación teórica e instrumentalización de los docentes, considerando las particularidades del neurodesarrollo y comportamiento de esta población y contribuyendo a la mayor efectividad de la asistencia educativa inclusiva.

Palabras clave: autismo. inclusión escolar. comportamiento perturbador.

Introdução

O tema proposto partiu da observação em campo das dificuldades dos professores na inclusão do aluno autista. O trabalho do Núcleo de Atenção ao Transtorno do Espectro Autista, da cidade de Monte Alto-SP, é baseado na ciência da Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis* – ABA), a qual destaca a importância da intervenção terapêutica em todos os ambientes frequentados pelo indivíduo, para ampliar os estímulos de mediação. Além da intervenção clínica com a criança, foram

realizadas visitas regulares à instituição escolar, e o acompanhamento docente foi realizado pela coordenadora do referido núcleo, que é fonoaudióloga especialista em ABA aplicada ao autista, em observações, levantamento de dados e orientações.

O ambiente escolar é o local onde a criança permanece por uma carga horária extensa, dessa forma, traçar objetivos e manejos com os profissionais atuantes na escola garante o melhor desenvolvimento nos casos de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Devido a importância da parceria entre docente e escola para o sucesso da intervenção terapêutica, tornou-se objetivo deste estudo, ouvir as dificuldades dos professores que lecionam para o público em questão, e orientar com dados e manejos baseados em evidências. Trata-se de um relato experiência a respeito da importância e contribuição da orientação especializada na atuação dos professores no ambiente escolar.

A partir da prática relacionada à literatura, espera-se direcionar a assistência educacional inclusiva, lançando luz sobre a necessidade de formação teórica e instrumentalização dos docentes na consideração das particularidades de neurodesenvolvimento e comportamento dos alunos autistas.

O transtorno do Espectro Autista na infância foi inicialmente descrito pelos psiquiatras Leo Kanner (1894-1981) e Hans Asperger (1906-1980). Kanner (1943) em sua obra *Autistic Disturbances of Affective Contact*, refere que desde 1938 chegou a seu conhecimento casos de crianças com condições peculiares de desenvolvimento, e descreveu 11 crianças com autismo que foram caracterizadas por ele com uma incapacidade inata de realizar o contato afetivo habitual.

Atualmente, setenta e oito anos após a publicação de Kanner, o TEA é entendido como uma subcategoria dos Transtornos do Neurodesenvolvimento, ou seja, uma condição neurobiológica que se manifesta no início do desenvolvimento da criança e acarreta prejuízo em sua funcionalidade global. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: texto revisado - DSM-5-TR (APA, 2023) refere os dois prejuízos que devem estar presentes nas fases iniciais do desenvolvimento, a saber: presença de déficits persistentes na comunicação social e na interação social, em vários contextos e; padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades. Sua classificação como *spectro* se deve à diversidade e complexidade de sintomas, representando um *continuum* que envolve desde déficits muito específicos e pontuais que acometem os indivíduos, a comprometimentos globais em sua funcionalidade e adaptação (Cavaco, 2014; APA, 2014).

Além destes critérios diagnósticos já mencionados, são propostos os sintomas especificadores do comprometimento intelectual ou de linguagem concomitante, associação com outra condição médica ou genética conhecida, comorbidade com outro transtorno do neurodesenvolvimento, mental ou comportamental (APA, 2015).

O Centro de Controle de Prevenção de Doenças (CDC) do governo dos EUA divulga, a cada dois anos, a pesquisa de prevalência do TEA. A última divulgação, de 2020, indicou que 2,8% da população dos Estados Unidos é autista; uma relação de 1 em cada 36 pessoas.

O diagnóstico de TEA permanece essencialmente clínico e é feito a partir de observações da criança e entrevistas com pais e/ou cuidadores. O uso de escalas e instrumentos de triagem padronizados ajudam a identificar problemas específicos, sendo importantes para o rastreamento e a triagem de casos suspeitos. A partir da identificação dos sinais de alerta, podem ser iniciadas a intervenção e o monitoramento dos sinais e sintomas ao longo do tempo (Gadia, Tuchman, & Rotta, 2004). Quanto maior a visibilidade sobre o TEA, maior o interesse em pesquisa, resultando em recursos e ferramentas para diagnóstico (Aydos, 2019).

Gadia (2015) alerta que a identificação precoce do diagnóstico e as intervenções realizadas em crianças com TEA podem determinar o prognóstico, incluindo maior rapidez na aquisição da linguagem, facilidade nos diferentes processos adaptativos e no desenvolvimento da interação social, aumentando

sua chance de inserção em diferentes âmbitos sociais. O tratamento é baseado em intervenções multiprofissionais com vistas ao desenvolvimento das habilidades de comunicação e interação social, à regulação do comportamento e o favorecimento das interações familiares. A intervenção farmacológica, como outra possibilidade de tratamento, visa a atenuação dos problemas comportamentais (Araújo & Schwartzman, 2014).

Chawarska e Volkmar (2005) constataram em sua pesquisa que 30% a 54% dos pais, de crianças diagnosticadas com TEA, observaram os primeiros sinais antes dos 12 meses de idade da criança. Lampreia (2009) aponta que os primeiros sintomas podem ser observados entre 6 e 8 meses, como ausência de contato visual, de comportamentos de busca e de engajamento em interações sociocomunicativas, tais como sorrisos e balbucios; além de dificuldades de autorregulação.

À despeito do amplo espectro de acometimento no desenvolvimento e funcionalidade, muitas crianças com TEA deparam-se com limitações na realização de atividades corriqueiras, como higiene e alimentação, as quais podem estar associadas a comportamento rígidos, agressivos ou repetitivos. A necessidade de cuidados diferenciados e a dependência dos pais e demais cuidadores é acentuada, havendo a necessidade de manejos diferenciados e cuidados direcionados (Pinto et al., 2016). Neste contexto, a ciência da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) vem se destacando como intervenção promissora, com vistas a promoção da inclusão escolar da criança autista (Gomes & Silveira, 2016).

Inclusão origina do verbo em latim *includere*, colocar algo ou alguém dentro do espaço, e é aplicado às pessoas com necessidades especiais e acessibilidade. No dicionário Aurélio (Ferreira, 1986), inclusão é definido como “ato ou efeito de incluir, compreender, inserir”. É um conceito primordial na garantia da equitatividade de todos na sociedade. Busca a igualdade e respeito à diversidade, valorizando os indivíduos independente das diferenças físicas, culturais, sociais.

Inclusão escolar pode ser compreendida como um trabalho de articulação do sistema educacional, propiciando escuta, possibilidades de desenvolvimento integral, além de atender aos valores humanos (Sekkel, Zanelatto, & Brandão, 2010). Considera-se também que, o desenvolvimento, ou não, do aluno com necessidades educativas está relacionado ao perfil do professor e seu planejamento pedagógico (Ferreira, 2007).

A troca e a mediação estabelecida pelos pares e professores, conforme mencionado por Vygotski (1995), desempenham medidas primordiais no desenvolvimento e na aprendizagem. A interação social e a colaboração são meios pelos quais as crianças adquirem novos conhecimentos, desenvolvem habilidades de comunicação, aprimoram suas capacidades de resolução de problemas e aprendem a entender e respeitar as diferenças individuais. Portanto, incluir as crianças autistas na Educação Infantil, em um ambiente estruturado e estimulante, proporciona trocas de experiências essenciais à aprendizagem.

O estudo de Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014) ressalta a importância do envolvimento ativo dos professores no processo educacional das crianças com TEA, reconhecendo suas necessidades individuais, compreendendo o funcionamento cognitivo, recorrendo à informações detalhadas sobre suas habilidades, dificuldades, preferências, estratégias facilitadoras de engajamento, para desta forma, promoverem práticas pedagógicas inclusivas e adaptativas, e fornecerem um direcionamento adequado ao processo de ensino-aprendizagem.

Sabe-se que educação é garantida pela Constituição Federal (1988) como um direito fundamental. Em 1994, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que preconiza a educação para todos, abre espaço para o campo das necessidades educativas especiais, criando para todas as crianças, sem distinção, oportunidades pedagógicas adequadas, em todas as modalidades de ensino. Sasaki (2005) aponta a necessidade da sociedade, em um processo contínuo e acolhedor, se modificar de modo a atender as pessoas, qual seja sua deficiência, de tal forma que se eliminem os fatores de exclusão.

O Capítulo V da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/1996, dispõe sobre os direitos dos educandos com necessidades especiais, garantindo serviço especializado, profissionais capacitados, currículos, métodos e técnicas para tender às necessidades deste público.

Em 2008, dentro da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) na perspectiva da educação inclusiva, o Decreto nº 6.571/2008, dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), para atender o público-alvo da educação inclusiva, ou seja, alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular da rede pública. O AEE é um serviço de apoio à sala de aula comum que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.

Com a finalidade de complementar ou suplementar o desenvolvimento da aprendizagem, em 2009, o Conselho Nacional de Educação (CNE), pela Resolução CNE/CEB nº 04/2009, instituiu as diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica. Em seu 9º artigo, a resolução prevê que a elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde e assistência social.

No âmbito do TEA, em 27 de dezembro de 2012, foi instituída a Lei nº 12.764, que preconiza a esta população, garantias como: saúde adequada; estímulo à pesquisa científica; capacitação dos profissionais especializados para atendimento; acompanhante especializado em sala de aula (caso necessário); matrícula em qualquer escola, sem a possibilidade de recusa por parte da instituição de ensino. Para haver inclusão do aluno autista em uma sala regular deve-se conhecer suas especificidades, preparar o ambiente, formar, capacitar e aperfeiçoar os professores para que a inclusão seja realizada de fato (Teodoro, Godinho, & Hachimine, 2016).

De acordo com o Censo Escolar (2022), chegou-se a 1,5 milhões o número de alunos matriculados na educação especial, com a maior concentração no ensino fundamental (65,5%). Em 2018 havia 92% de alunos incluídos passando para 94,2% em 2022. Quanto a oferta da educação inclusiva, destaca-se o maior percentual de inclusão nas escolas públicas. De 2021 para 2022 a inclusão na Educação Infantil saltou de 106 mil crianças matriculadas para 174 mil, considerando o autismo, com 429 mil alunos.

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2019), referem o crescente percentual de alunos com deficiências, TEA e altas habilidades matriculados nas redes públicas, sobretudo na educação Básica em 2018, tornando-se, a inclusão, um grande desafio nas escolas.

Lançadas as bases teóricas e garantias legais da inclusão para crianças com TEA, a prática tem sido uma árdua tarefa, sobretudo no ambiente escolar. Silva, Molero e Roman (2016) destacaram em seu artigo a dificuldade da escola em traçar estratégias de inclusão, estando, muitas vezes, em dissonância com a equipe de saúde. Sant’Ana (2005) demonstrou em seu estudo que professores, cientes de suas dificuldades e falta de preparo, necessitam do apoio de especialistas para a promoção da inclusão.

Apesar das garantias asseguradas pela legislação, a realidade se difere da teoria. Observamos escolas que garantem a matrícula a todos os alunos, depreciando a permanência e desenvolvimento deles, deixando de assegurar a equidade, falta de formação dos professores e ausência de recursos adequados (Sartoretto, 2010). A lenta e gradual implementação de mudanças na educação inclusiva é influenciada por uma série de fatores interconectados como: a adequação das instalações físicas; disponibilidade de recursos financeiros; a escassez de materiais didáticos adaptados e recursos humanos capacitados; o estabelecimento de diretrizes precisas que delineiem as responsabilidades a cada profissional da equipe escolar; a conscientização sobre a diversidade, promovendo sensibilização e educação contínua; além de, tornar real a própria definição da educação inclusiva (Braun, 2012).

Lago (2007) relata a sensação de impotência percebida pelos professores, por não conseguirem intervir efetivamente no aprendizado do aluno com necessidades especiais em sua sala de aula, e destaca que essa sensação pode vir da falta de qualificação na formação universitária docente e nas práticas tradicionais de ensino.

Podemos citar o artigo de Gomes e Souza (2011), que destaca a atuação dos psicólogos no ambiente escolar, com foco nas necessidades educativas especiais dos alunos, contribuindo para um ambiente inclusivo e acolhedor, elaborando uma abordagem pautada em práticas contextualizadas, reflexivas e críticas e, visando em um comprometimento social, tanto com os alunos quanto com seus professores.

Desta forma, faz-se necessário considerar os aspectos singulares de cada aluno em diferentes contextos, a fim de ampará-los de forma global, com a interação dos profissionais de diversas áreas de forma integrada, corroborando com os pressupostos da ciência moderna (Franco, Alves, & Bonamino, 2007). Conhecer o aluno nas suas especificidades e garantir um ambiente acolhedor são medidas importantes ao receber um aluno autista (Teodoro, Godinho, & Hachimine, 2016).

Nesse sentido, a ciência da Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis – ABA*), é uma abordagem científica baseada nos princípios de Skinner (citado por Martone & Santos-Carvalho, 2012) sobre o condicionamento operante, que sugere que os comportamentos são aprendidos e modelados pelo meio que está inserido (Martone & Santos-Carvalho, 2012). Mediante as comprovações empíricas de Skinner, a ABA passou a ser considerada uma das intervenções que contribui significativamente para os casos de TEA (Makrygianni et al., 2018; Alves et al., 2020; Yu et al., 2020; Liao et al., 2020). Trata-se de uma ciência que tem como objetivo o estudo da função do comportamento, auxiliando a integrar o indivíduo nos ambientes em que está inserido (Lear, 2004; Gomes & Silveira, 2016). Partindo dos princípios da abordagem comportamental, utiliza estratégias para modelar ou ensinar novos comportamentos, com o foco em aumentar os comportamentos desejados e extinguir os disruptivos.

Considere-se que a intervenção comportamental traça planejamentos para uma estimulação intensiva e sistemática da criança com TEA, a fim de aproximar, ao máximo, o seu desenvolvimento ao da criança típica (Anderson, 2007). A principal característica do ABA são os reforçamentos positivos em que os comportamentos e habilidades são registradas precisamente, a fim de acompanhar o desempenho da criança. Como forma de complementar os estímulos e tornar o ensino intensivo, a família e a escola são envolvidas (Bezerra, 2018).

Essas modificações comportamentais, que tem por objetivo auxiliar as pessoas com TEA, dentro da ótica comportamental, contemplam um universo de possibilidades de intervenção e manejo, elaborando assim, planos individualizados de ensino, a fim de considerar as necessidades principais de modificação da criança no espectro, bem como a melhor condução terapêutica (Mascaro, 2018; Odom, Hall, & Suhrheinrich, 2020; Salgado-Cacho, Moreno-Jiménez, & Diego-Otero, 2021).

Costa, Nakandakare e Paulino (2018) afirmam em seu estudo que a aprendizagem é uma barreira para o autista, devido suas individualidades e a insensibilidade do sistema educacional. Através da pesquisa em campo, destacam o despreparo das escolas, ausência de profissionais capacitados, além de comprovar a predominância de uma quantidade ínfima de professores treinados para lecionar à alunos com TEA.

Metodologia

Esta pesquisa trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, relacionado às vivências dos professores que receberam orientações mensais nas escolas do município de Monte Alto-SP com crianças atendidas pelo Núcleo de Atenção ao TEA, serviço prestado pelo Sistema Vida de Saúde de Monte Alto, durante o período letivo, de junho de 2022 a junho de 2023. O objetivo do estudo foi estabelecer uma compreensão das dificuldades dos docentes com os alunos autistas, fornecendo base para investigação e pesquisas posteriores.

Segundo Daltro e Faria (2019), o relato de experiência é uma narrativa legitimadora da experiência enquanto fenômeno científico, que tem caráter de uma síntese provisória, aberta à análise para produções de saberes novos e transversais.

Considerando o número crescente de diagnósticos de TEA e a dificuldade escolar com a inclusão e acolhimento destes alunos, direcionar atividades, lidar com os comportamentos disruptivos e no manejo das atividades de vida diária, vê-se imprescindível a descrição do trabalho de orientação docente, realizado como auxílio ao fornecimento de informações, estratégias e ferramentas eficazes neste contexto de trabalho ainda tão pouco instrumentalizado.

É essencial a formação específica dos professores na atuação do autismo, com o objetivo de entender e assegurar o ensino dos alunos autistas, oportunizando estratégias de ensino e manejos adequados baseados em evidências, para lidar com comportamentos desafiadores e disruptivos, além de desempenhar uma intervenção comportamental positiva. Cabe destacar as dificuldades sensoriais frequentes no TEA, que requer a adaptação do ambiente, minimizando os estímulos aversivos e estímulos convenientes e gradativos.

O trabalho multidisciplinar, mediante as orientações realizadas pelo profissional da área da saúde, garante uma intervenção abrangente e fornece à instituição escolar informações e meios para as demandas trazidas na inclusão dos alunos com TEA.

As orientações foram registradas nos prontuários de cada criança, pontuando as dúvidas e dificuldades relatadas pelos docentes e as condutas sugeridas pelo terapeuta, além de acompanhar a aplicação do manejo e consequências da intervenção, para posteriormente, comparar os dados e o desenvolvimento do aluno.

Descrevendo a experiência

Graduada em Fonoaudiologia e Especialista em Análise do Comportamento Aplicada ao TEA, coordeno o Núcleo de Atenção ao TEA, do Sistema Vida de Saúde da cidade de Monte Alto, interior de São Paulo. Em outubro de 2023 o Núcleo completou dois anos de trabalho, exercendo terapias multidisciplinares baseados na ciência ABA e, atualmente conta com 14 profissionais (Psicólogos, Fonoaudiólogos, Terapeutas Ocupacionais, Fisioterapeutas e Psicopedagogas), atendendo, em média, 57 beneficiários, na faixa etária de um ano e meio a dezenove anos.

O trabalho de uma equipe multidisciplinar envolve a colaboração de profissionais de diversas áreas, abordando as demandas de maneira abrangente, reconhecendo as complexidades, contribuindo com informações específicas e perspectivas para alcançar o objetivo de forma integral.

Considerando a necessidade de intervir em todos os ambientes em que nossos usuários estejam inseridos, o Núcleo de Atenção ao TEA realiza orientações periódicas às escolas parceiras, visitando-as no início do ano letivo, com a apresentação dos alunos matriculados e acompanhamento ao longo de todo o ano.

Os materiais de apresentação do aluno, elaborados a cada início de ano, contemplam informações relevantes como identificação, habilidades conquistadas, comportamentos positivos e negativos, brinquedos de preferência ou hiperfocos e habilidades trabalhadas. Consta ao verso, a equipe que o atende e contato para interação.

Primeiramente, traçamos as intervenções em colaboração com o Departamento Municipal de Educação, para posteriormente visitar as escolas. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada do sistema educacional, diretrizes e desafios de cada escola, além do consentimento e apoio dos responsáveis.

Atualmente, a presença do profissional especialista no ambiente escolar é consentida pela direção, não obstante, que há escolas que omitem informações, ou ainda, não aceitam a visita dos terapeutas; sendo uma situação desafiadora e preocupante. O desenvolvimento educacional dos alunos e o bem-estar físico e mental devem ser o principal objetivo. Portanto, é fundamental que a escola forneça um ambiente acolhedor, inclusivo e adaptado, realizando um trabalho em colaboração e que busque soluções que promovam uma educação inclusiva e de qualidade.

A conscientização da Secretaria de Educação é de extrema importância no desempenho de melhorias no sistema educacional, compreensão das necessidades e desafios na área da educação. De maneira a formular políticas educacionais alinhadas com as demandas da sociedade, podemos elencar algumas atribuições da Secretaria de Educação Municipal: direcionar recursos de forma efetiva; observar os desafios dos educadores e implementar formações direcionadas à melhoria da qualidade do ensino; levantar a necessidade físicas e instrumentação das escolas; observar e motivar a participação das famílias na vida escolar do aluno. Medidas estas, permitem que a Secretaria de Educação esteja preparada para enfrentar os desafios emergentes, garantindo que a educação seja um propulsor do desenvolvimento social e humano.

Por meio deste acompanhamento cuidadoso, era recorrente a constatação de professores, já no início do ano, ansiosos, temerosos e com muitas dúvidas, sobre como lidar, em sala de aula, com as crianças no espectro autista, em todas as suas especificidades, tanto no âmbito do manejo comportamental, quanto na programação, estruturação e adaptação das atividades educativas e materiais. Assim, o Núcleo de Atenção ao TEA era procurado por estes professores, antes mesmo do início das aulas, com intuito de conhecer o aluno, suas dificuldades, hábitos e preferências, conduta que resulta em processos positivos durante todo ano letivo.

Desde sua fundação, até o presente momento, o Núcleo, como um ambiente terapêutico intensivo que não acompanha as férias escolares, se prontifica a responder estas demandas, dando suporte e oferecendo, além da orientação, aos professores e auxiliares, momentos com seus futuros alunos no ambiente terapêutico, oportunizando uma relação efetiva entre os profissionais e antecipação na formação do vínculo afetivo, atenuando os impactos comportamentais do início do ano letivo.

Os beneficiários do serviço são as crianças e adolescentes matriculados em escolas parceiras, cujos responsáveis consentem com a intervenção e orientação. Atualmente, a orientação dedicada aos professores se estrutura a partir dos seguintes tópicos:

- Escuta do professor;
- Descrição e compreensão das habilidades do aluno, que possuem e que estão em intervenção;
- Identificação e descrição dos comportamentos alvos (como crises, choro, gritos, agredir ao outro ou a si, resistência à demanda) e suas funções;
- Organização e planejamento das técnicas de manejo comportamental;
- Auxílio nas adaptações curriculares e materiais;
- Orientação sobre as AVD (atividades de vida diária);
- Orientação para a formulação do PEI (Plano Educacional Individualizado);
- Solicitação de *feedbacks*, a partir da implementação, em sala de aula, dos tópicos trabalhados.

A partir dos dados coletados foi possível constatar conquistas positivas no desenvolvimento dos alunos beneficiários. Com o trabalho em conjunto com os professores para a organização do PEI, estruturação de materiais adaptados aos recursos e dificuldades de cada aluno, bem como de orientação/reflexão sobre como lidar com comportamentos difíceis ou disruptivos, torna-se possível traçar uma compreensão conjunta e unificada sobre o aluno, além de uma linha de base do momento atual de seu desenvolvimento, de modo a organizar e oportunizar de maneira mais eficiente sua aprendizagem.

Destaca-se aqui, que as dificuldades encontradas, que não são poucas, direcionaram o trabalho em torno de estudos, pesquisas e reflexões sobre a busca das diversas possibilidades de auxiliar a inclusão de cada

um dos beneficiários, oferecendo às instituições escolares informações e instrumentalização teórica e técnica para uma prática pedagógica mais efetiva.

Garantir o suporte adequado às necessidades individuais é dever da escola no processo educacional, com foco na abordagem individualizada, adaptada às características e capacidades de cada aluno com autismo como: ambiente estruturado, considerando sensibilidades sensoriais; dificuldades físicas ou suporte comunicativo adaptado; elaboração de um Plano Educacional Individualizado, com metas, estratégias de ensino e reavaliações periódicas; favorecer a interação social, habilidades de comunicação e de grupo, e; promover a conscientização da equipe escolar, alunos e familiares.

Considerando que as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas aos pré-requisitos de aprendizagem e às barreiras comportamentais, a oportunidade de estímulos direcionados e manejos adequados, diminuem o sofrimento dos alunos com TEA e suas famílias, positivando o ambiente e, conseqüentemente, auxiliando em seu desenvolvimento.

Considerações finais

Mediante o referencial teórico estudado e os dados coletados em campo, podemos destacar as dificuldades dos docentes diante a atuação com crianças autistas no ambiente escolar, desde seu acolhimento até o direcionamento de atividades e manejo comportamental. A inclusão de crianças com TEA é um tema multifacetado, mostrando a necessidade de integrá-los na sociedade a nível da educação, saúde e vida social.

Observa-se que apesar das crescentes pesquisas relacionadas ao TEA e inclusão, há um déficit de instrumentos que auxiliem de maneira prática, os professores acolherem e conduzirem a aprendizagem, realizando as adaptações a partir de um olhar diferenciado.

A parceria entre os terapeutas e professores é essencial para corroborar de maneira integral e eficaz no desenvolvimento do autista, garantindo uma visão abrangente de cada caso, pontuando as necessidades e capacidades, de modo a traçar objetivos e intervenções bem-sucedidas. Esta comunicação deve ser regular, com o propósito de realizar os ajustes necessários às intervenções, assegurando que estejam alinhadas as demandas do indivíduo.

Elaborar uma ferramenta de apoio para proporcionar aos docentes maior respaldo teórico à prática com autistas é de suma importância para contribuir na inclusão, na aprendizagem e socialização no ambiente escolar, com estratégias eficazes e assertivas.

Esta experiência proporcionou ampliar as vivências sobre a perspectiva do professor na inclusão escolar de crianças com TEA, lançando luz sobre a necessidade de formação teórica e instrumentalização da equipe escolar, considerando as particularidades de neurodesenvolvimento e o comportamento desta população, contribuindo, assim, para a maior eficácia da assistência educacional inclusiva.

A inclusão escolar eficaz de indivíduos com TEA não beneficia apenas o aluno, mas sim, enriquece a escola, ao promover informações, respeito e principalmente empatia. A interação entre a equipe de saúde e educação resulta em ganhos em todos os ambientes que o autista está inserido, permitindo acompanhar de forma contínua o seu ciclo de desenvolvimento, os processos de crescimento, maturação e evolução. E, independente do diagnóstico, oportuniza ao aluno aprender, crescer e desenvolver, conquistando seu papel na sociedade.

Referências bibliográficas

Alves, F. J., Carvalho, E. A., Aguilar, J., Brito, L. L. & Bastos, G. S. (2020). Applied behavior analysis for the treatment of autism: a systematic review of assistive technologies. *IEEE Access* -

Anderson, M. (2007). *Tales from the table: Lovaas/ABA intervention with children on the autistic spectrum*. Pentonville: Road London.

Araújo, C. A. & Schwartzman, J. S. (2011). *Transtorno do espectro do autismo*. São Paulo: Memnon.

Associação Americana de Psiquiatria - APA. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. DSM-5. (5a ed.)*. Porto Alegre: Artmed. Recuperado de <https://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>

Associação Americana de Psiquiatria - APA. (2023). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: texto revisado. DSM-5-TR*. Porto Alegre: Artmed.

Aydos, V. (2019). A (des)construção social do diagnóstico de autismo no contexto das políticas de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *Anuário Antropológico*, 44(1), 93-116.

Bezerra, M. F. (2018). A importância do método aba - reanálise do comportamento aplicada - no processo de aprendizagem de autistas. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 6(10), 189-204.

Braun, P. (2012). Uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência intelectual [Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Repositório da UERJ. <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/10337>

Cavaco, N. (2014). *Minha criança é diferente? Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais Especiais*. Rio de Janeiro: Wak Editora.

Chawarska, K. & Volkmar, F. R. (2005). Autism in infancy and early childhood. In F. R. Volkmar, R. Paul, A., Klin & D. Cohen (Eds.), *Handbook of autism and pervasive developmental disorders* (vol. 1, 3rd ed., pp. 223-246). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Brasília, DF: Senado Federal. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Costa, B. S., Nakandakare, E. B., & Paulino, E. (2018). A inserção do autista no meio acadêmico e profissional de tecnologia da informação. *Refas: Revista Fatec Zona Sul*, 4(4).

Daltro, M. R., & Faria, A. A. (2019). Relato de experiência: uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estud. pesqui. psicol.*, 19(1), 223-237. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a13.pdf>

Decreto n° 6.571 (2008, 17 de setembro). Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>

Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo dicionário da língua portuguesa* (2. ed.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Ferreira, S. (2007). O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. *Educação e Pesquisa*, 33(3), 543-560. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000300011>

Franco, C., Alves, F., & Bonamino, A. (2007). Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de “fatores intra-escolares”. *Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 15(55), 277-297.

Gadia, C. (2015). Aprendizagem e Autismo. In N. T. Rotta, L. Ohlweiler, & R. S. Riesgo. *Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e multidisciplinar* (pp. 368-377). Porto Alegre: Armed.

Gadia, C., Tuchman, R., & Rotta, N. T. (2004). Autismo e doenças invasivas do desenvolvimento. *Jornal de Pediatria (Rio de Janeiro)*, 80(2 supl), 583-594. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2s0/v80n2Sa10.pdf>

Gomes, C. & Souza, V. L. T. (2011). Educação, Psicologia Escolar e Inclusão: aproximações necessárias. *Revista Psicopedagogia*, 28(86), 185-193.

Gomes, C. G. & Silveira, A. D. (2016). Ensino de habilidades básicas para pessoas com autismo: manual para intervenção comportamental intensiva. Curitiba: Appris.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2019). *Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018*. Brasília: INEP. Recuperado de https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2018.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2023). *Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico*. Brasília, DF: INEP. Recuperado de https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf

Kanner, L. (1943). Autistic Disturbances of Affective Contact. *Nervous Child*, 2, 217-50.

Lago, M. (2007). Autismo na escola: ação e reflexão do professor [Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Repositório da UFRS. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13077/000638908.pdf>

Lampreia, C. (2009). Perspectivas da pesquisa prospectiva com bebês irmãos de autistas. *Psicologia: ciência e profissão*, 29(1), 160-171.

Lear, K. (2004). *Ajude-nos a aprender: um programa de treinamento em ABA (Análise do Comportamento Aplicada) em ritmo autoestabelecido* (2a ed.). Toronto.

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 20 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília, DF. Recuperado de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Lei nº 12.764 (2012, 27 de dezembro). Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.html

Lemos, E. L. M. D., Salomão, N. M. R., & Agripino-Ramos, C. S. (2014). Inclusão de Crianças Autistas: um Estudo sobre Interações Sociais no Contexto Escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial de Marília*, 20(1), 117-130.

Liao, Y., Dillenburger, K., He, W., Xu, Y., & Cai, H. (2020). A systematic review of applied behavior analytic interventions for children with autism in Mainland China. *Review Journal of Autism and Developmental Disorders*, 7(4), 333-351. <https://doi.org/10.1007/s40489-020-00196-w>

Makrygianni, M. K., Gena, A., Katoudi, S., & Galanis, P. (2018). The effectiveness of applied behavior analytic interventions for children with Autism Spectrum Disorder: A meta-analytic study. *Research in Autism Spectrum Disorders*, 51, 18-31. <https://doi.org/10.1016/j.rasd.2018.03.006>

Martone, M. & Santos-Carvalho, L. (2012). Uma revisão dos artigos publicados no Journal of Applied Behavior Analysis (JABA) sobre comportamento verbal e autismo entre 2008 e 2012. *Revista Perspectivas*, 3(2), 73-86.

Mascaro, C. A. A. C. (2018). O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão. *Revista Espaço Acadêmico*, 18(205), 12-22. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43318>

Odom, S. L., Hall, L. J., & Suhrheinrich, J. (2020). Implementation Science, Behavior Analysis, and Supporting Evidence-based Practices for Individuals with Autism. *European journal of behavior analysis*, 21(1), 55–73. <https://doi.org/10.1080/15021149.2019.1641952>

Pinto, R. N. M., Torquato, I. M. B., Collet, N., Reichert, A. P. S., Souza Neto, V. L., & Saraiva, A. M. (2016). Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. *Rev Gaúcha Enferm.*, 37(3), 1-9. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572>

Resolução CNE/CEB nº 4 (2009, 2 de outubro). Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Ministério da Educação. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf

Salgado-Cacho, J. M., Moreno-Jiménez, M. D. P., & Diego-Otero, Y. (2021). Detection of Early Warning Signs in Autism Spectrum Disorders: A Systematic Review. *Children (Basel, Switzerland)*, 8(2), 164. <https://doi.org/10.3390/children8020164>

Sant'ana, I. M. (2005). Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 227-234

Sartoretto, M. L. (2010). *A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.

Sasaki, R. K. (2005). *A postura inclusiva de toda a comunidade escolar*. São Paulo.

Sekkel, M. C., Zanelatto, R., & Brandão, S. B. (2010). Ambientes inclusivos na educação infantil: possibilidades e impedimentos. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 15(1), 117-126.

Silva, C. C. B., Molero, E. S. S., & Roman, M. D. (2016). A Interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(1), 109-115.

Teodoro, G. C., Godinho, M. C. S., & Hachimine, A. H. F. (2016). A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental. *Research, Society and Development*, 1(2), 127-143. <https://doi.org/10.17648/rsd-v1i2.10>

UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção: na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha: Unesco. Recuperado de [https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf](https://pnl2027.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1011&fileName=Declaracao_Salamanca.pdf)

Vygotski, L. S. (1995). *Obras escogidas III. Problemas del desarrollo de la psique*. Madri: Visor.

Yu, Q., Li, E., Li, L., & Liang, W. (2020). Efficacy of Interventions Based on Applied Behavior Analysis for Autism Spectrum Disorder: A Meta-Analysis. *Psychiatry investigation*, 17(5), 432-443. <https://doi.org/10.30773/pi.2019.0229>